

UFRJ – 100 ANOS

2



1



PATRIMÔNIO CENTENÁRIO



3

Universidade Federal do Rio de Janeiro chega ao seu centenário como uma das mais produtivas do país

Carlos Fioravanti

VERSÃO ATUALIZADA EM 08/09/2020

Neste mês de setembro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) completa 100 anos de fundação com boas razões para celebrar. É um dos maiores e mais produtivos centros de ensino superior do país, com uma participação crescente de estudantes autodeclarados negros, pardos ou indígenas, que passaram de três em 1970 para 4.858 em 2019; o total de alunos – quase 80 mil, nos *campi* da capital e do interior do estado – fica atrás apenas dos quase 100 mil da Universidade de São Paulo (USP). Reprogramadas por causa da pandemia, as comemorações incluíram, em julho, o Festival do Conhecimento, com 2 mil apresentações on-line de estudantes e professores, acompanhadas por cerca de 30 mil pessoas, e seguem com o lançamento de um documentário sobre a história da universidade, em 7 de setembro.

A inicialmente chamada Universidade do Rio de Janeiro se formou em 1920 a partir de três unidades de ensino, que inicialmente ocupavam o centro da cidade: a Escola Politécnica, criada em 1792; a Faculdade de Medicina, de 1808; e a Faculdade de Direito, de 1891. A Medicina e a Politécnica se mudaram para o *campus* principal e mais conhecido, na ilha do Fundão; a Faculdade de Direito permaneceu no centro e ganhou a companhia de outras unidades da universidade: o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, em um prédio do século XVIII no Largo de São Francisco de Paula; a Escola de Música, perto do Teatro Municipal; a

Escola de Enfermagem, próxima a um dos nove hospitais da universidade; o Observatório Valongo, instalado em 1926 no alto do morro da Conceição e incorporado à UFRJ em 1967; o Palácio da Praia Vermelha, inaugurado em 1852 e integrado à universidade em 1949, que abrigou a reitoria e as faculdades de Educação Física, Arquitetura e Farmácia; e o Museu Nacional, aberto em 1818, anexado à universidade em 1946 e consumido por um incêndio em setembro de 2018.

No início, porém, a reunião das três faculdades “não implicou a aproximação de relações e trocas de saberes, necessários à existência do ‘espírito universitário’”, observou o historiador Antonio José Barbosa de Oliveira no site da UFRJ. “A universidade existia apenas na letra da lei” (*ver página 54*). O governo do Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas (1882-1954) aprovou em 1937 uma lei que previu a criação de novas unidades de ensino, incorporou outras e transformou a URJ em Universidade do Brasil, um nome ainda visto à entrada de vários prédios do Rio, como o Palácio da Praia Vermelha.

“Getúlio Vargas fez a Universidade do Brasil para servir de modelo para outras instituições a ser criadas”, conta a historiadora da ciência Tatiana Roque, coordenadora do Fórum Ciência e Cultura, responsável pelas comemorações do centenário. A mudança implicou também a incorporação dos estudantes – e depois o fechamento – da Universidade do Distrito Federal, implantada em 1935 pelo educador Anísio Teixeira (1900-1971), com

Diversidade na sala de aula

A participação de alunos autodenominados negros, pardos e indígenas cresceu 1.600 vezes de 1970 a 2019



FONTE UFRJ

propostas inovadoras de ensino. “A iniciativa de Vargas foi uma reação conservadora ao projeto progressista que tinha levado à criação da UDF”, observa ela. O nome atual da universidade chegou somente com a Reforma Universitária de 1965, quando o governo federal padronizou o nome das instituições públicas de ensino superior do país.

Em 1987 e 1988, durante a Assembleia Nacional Constituinte, que preparava uma nova Constituição, “muitos estudantes, professores e inclusive o reitor à época [o químico Horacio Cintra de Magalhães Macedo] se manifestaram e contribuíram para a aprovação do artigo 207, que garantia a autonomia universitária”, diz Roque (*ver espe-*

cial Autonomia Universitária em bit.ly/3bb69U9). “Os antropólogos do Museu Nacional também tiveram um papel importante para assegurar os direitos dos povos indígenas na Constituição.”

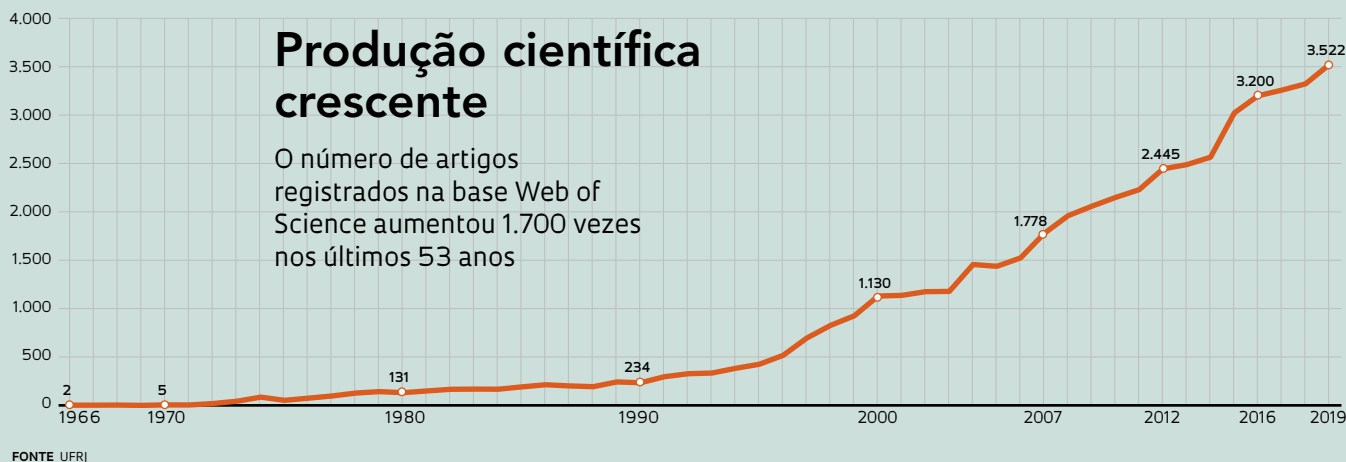
Em 1937, o médico e bioquímico Carlos Chagas Filho (1910-2010) deixou o cargo de professor na Faculdade de Medicina e de pesquisador no Instituto Oswaldo Cruz, criou o laboratório de física biológica e marcou o início da pesquisa científica formal na universidade. Ele adotou os modelos de trabalho que conheceu na França e na Inglaterra e uma estratégia nacionalista, refletida na escolha de seu principal objeto de estudo, o poraquê (*Electrophorus electricus*), um peixe da Amazônia.

“Carlos Chagas Filho foi uma figura central no desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil”, reiterou o médico da UFRJ Darcy Fontoura de Almeida (1930-2014) em um artigo de 2003 na revista *Proceedings of the American Philosophical Society*. Durante décadas, o bioquímico promoveu a vinda de pesquisadores estrangeiros para temporadas de trabalho no Rio e, inversamente, a ida de brasileiros para instituições de outros países.



1. Aula de Emílio Diniz da Silva na Faculdade de Farmácia, em 1960
2. O bioquímico Carlos Chagas Filho, em 1982
3. O antropólogo Gilberto Velho, em 1984





Fortalecida em 1951 com a criação do Conselho Nacional de Pesquisa, que depois se tornou Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq), e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a pesquisa se desenvolveu com lideranças notáveis. Entre elas, o médico João Christovão Cardoso (1903-1980), idealizador do Instituto de Química, criado em 1959; e o médico e geógrafo Josué de Castro (1908-1973), fundador e primeiro diretor do Instituto de Nutrição, em 1946, no mesmo ano em que publicou seu livro clássico, *Geografia da fome*, em que descreveu os contrastes da alimentação no país. A física avançou com Joaquim da Costa Ribeiro (1906-1960) e Plínio Sussekind Rocha (1911-1972) e a antropologia avançou com Gilberto Velho (1945-2012), entre outros. A historiadora Maria Yedda Linhares (1921-2011), além de professora, foi secretária municipal de Educação e coordenou a implantação das escolas em tempo integral, os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), na cidade do Rio de Janeiro nas décadas de 1980 e 1990.

No Ranking Universitário do jornal *Folha de S. Paulo* (RUF) de 2019, a UFRJ ocupou a terceira posição geral, após a USP e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e o primeiro lugar em inovação, com destaque para o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa em Engenharia (Coppe) (ver página 50). De acordo com o QS World University Rankings de 2020, do Reino Unido, é também a terceira no Brasil, na 358ª posição, novamente após a USP, na 116ª, e a Unicamp, na 214ª. Em 2019, um estudo da Clarivate Analytics (InCites) sobre produção científica nacional situou a maior universidade do Rio em quarto lugar entre as brasileiras, com 14.056 artigos científicos publicados de 2014 a 2018, equivalente a 6,56% do total produzido no país nesse período, após a USP (47.346 artigos e 22,11% do total), Universidade Estadual Paulista (Unesp, com 18.523) e Unicamp (com 15.539 artigos).

Em seus 20 anos de vida, a revista *Pesquisa FAPESP* publicou 117 reportagens, notas e entrevistas com pesquisadores da UFRJ – em média, uma a cada 2,4 edições (veja seleção no site www.revistapesquisa.fapesp.br). Em outubro de 2018, uma edição especial analisou as consequências do incêndio do Museu Nacional, ocorrido no mês anterior, e a dificuldade para preservar o acervo científico, histórico e artístico das universidades (ver *Pesquisa FAPESP* nº 272).

Para a UFRJ, com 13 museus e 14 prédios tomados, as dificuldades continuam. “Não temos verba específica para a manutenção do patrimônio histórico da universidade”, diz Roque. “O orçamento não leva em conta nem o patrimônio nem os museus.” Por essa razão, a reconstrução do Palácio da Praia Vermelha, incluindo a capela de estilo neoclássico que desabou com um incêndio de 2011, está longe de terminar, ainda que a do Museu Nacional tenha avançado.

Outro problema é o que o físico Luiz Davidovich chama de compartimentalização da universidade, que acentua o distanciamento entre professores e estudantes das unidades de ensino (ver entrevista na página 46). “Ainda nos conhecemos pouco”, diz a astrônoma Sílvia Lorenz-Martins, do Observatório Valongo.

Em busca de novos públicos, Martins coordena dois projetos: o primeiro, em colaboração com o Instituto Benjamin Constant, para ensinar astronomia para pessoas cegas e com baixa visão, do qual resultou uma Lua tátil, com material de baixo custo; o outro, com professores e estudantes da Escola de Belas Artes, é um guia das cerca de 40 aves que vivem nas matas do observatório, a ser publicado ainda neste ano. ■

Artigo científico

ALMEIDA, D. F. de. Carlos Chagas Filho: A biographical memoir. *Proceedings of the American Philosophical Society*. v. 147, n. 1, p. 77-82. mar. 2003.